

A criança na promoção da instrução pública através do associativismo paranaense

André Gustavo Lescovitz Cunha

Gizele de Souza

Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Resumo

A partir de uma investigação empírica em periódicos, este artigo analisa os discursos civilizatórios e as práticas de instrução em circulação na província do Paraná, na década de 1870, que vinculavam a criança escolarizada à ideia de portadora do futuro nacional. Com base na *micro-história*, examinamos a criação de uma caixa escolar por um professor primário, que apresentou à população um aluno como modelo de instrução. Fundamentados em Michel de Certeau e Cynthia Greive Veiga, identificamos a importância das sociabilidades estabelecidas por professores na efetivação de práticas de instrução por meio do associativismo em clubes literários. Além disso, as formulações atribuídas aos papéis desempenhados por uma criança modelo, constituíam uma tática de angariação de apoio social para o provimento material das escolas primárias. Portanto, este estudo contribui para dimensionar a participação da sociedade civil nos processos de escolarização e de assistência à infância.

Palavras-Chave: Associativismo. História da infância. Caixa escolar. Assistência à infância.

1

The child in the promotion of public instruction through association in Paraná

Abstract

Based on empirical research in periodicals, this article analyzes the civilizing discourses and educational practices circulating in the province of Paraná in the 1870s, which linked schoolchildren to the idea of being the bearer of the

nation's future. Based on *microhistory*, we examine the creation of a school fund by a elementary school teacher, who presented to the population a student as a model of education. Drawing on Michel de Certeau and Cynthia Greive Veiga, we identify the importance of the social relationships established by teachers in the implementation of educational practices through associations in literary clubs. Furthermore, the formulations attributed to the roles played by a model child constituted a tactic for garnering social support for the material provision of elementary schools. Therefore, this study contributes to measuring civil society's participation in the processes of schooling and childcare.

Keywords: Association. History of childhood. School fund. Childcare.

El niño en la promoción de la instrucción pública a través del asociacionismo en Paraná

Resumen

2

A partir de una investigación empírica en periódicos, este artículo analiza los discursos civilizatorios y las prácticas de enseñanza en circulación en la provincia de Paraná, en la década de 1870, que vinculaban al niño escolarizado con la idea de portador del futuro nacional. Con base en la *microhistoria*, examinamos la creación de un fondo escolar por parte de un maestro de primaria, que presentó a la población a un alumno como modelo de instrucción. Basándonos en Michel de Certeau y Cynthia Greive Veiga, identificamos la importancia de las sociabilidades establecidas por los maestros en la implementación de prácticas de instrucción a través del asociacionismo en clubes literarios. Además, las formulaciones atribuidas a los roles desempeñados por un niño modelo constituyan una táctica para obtener apoyo social para la provisión material de escuelas primarias. Por lo tanto, este estudio contribuye a evaluar la participación de la sociedad civil en los procesos de escolarización y asistencia a la infancia.

Palabras clave: Asociacionismo. Historia de la infancia. Fondo escolar. Asistencia a la infancia.

Os socios, encorporados, foram á Egreja Matriz assistir á missa conventual, precedidos da bandeira do Club, e de uma esphera armillar, symbolo da sciencia, carregada por um menino, representando a educação popular. De volta a Egreja, celebrou-se uma sessão magna, em que se pronunciaram discursos alusivos ao acto. Á noite terminou o festejo por um baile [...] (Macedo Soares, 1900, p. 337).

O trecho acima foi relatado pelo juiz de direito de Campo Largo, Antônio Joaquim de Macedo Soares, sócio fundador e primeiro presidente do *Club Litterario Campo Larguense*, em uma monografia que o magistrado escreveu sobre aquela vila. Esse relato, referente ao evento ocorrido em 1876 tem motivado nossas experiências de pesquisa, porque, mesmo breve, revela múltiplos fenômenos relevantes para os campos da História da Educação e da Infância. Como tantas outras entidades associativas no Brasil do século XIX, o clube de Campo Largo foi fundado em 1875 com o objetivo de "[...] crear uma biblioteca, establecer aulas nocturnas e escolas, de ainda fundar um jornal; contribuir em fim por todos os modos para a instrucción dos socios e em geral para a difusão dos conhecimentos uteis [...]" (Ofício, 1875, p. 62), como relata o próprio Macedo Soares em carta enviada ao presidente da província Adolfo Lamenha Lins. Dois aspectos chamaram nossa atenção nesse pequeno excerto introdutório, que descreve a solenidade de fundação do clube: uma esfera armilar como símbolo da ciência e um menino como representante de uma educação popular.

O Brasil da década de 1870 vivenciava a efervescência de um processo de valorização dos saberes científicos como símbolos de cidadade e de compreensão de realidades. Conforme argumenta Schwarcz, naquele contexto, a ciência assumia uma roupagem muito mais ética do que propriamente científica, constituindo uma "cientificidade difusa e indiscriminada" (Schwarcz, 1993, p. 41). Concordamos com a autora quanto a seu caráter ético, uma vez que, naquele período, as menções à ciência eram frequentemente acompanhadas de discursos morais, projeções de progresso civilizacional e expectativas de conduta da população. Todavia, consideramos ser possível ampliar esse debate. Quando a autora afirma que a prática científica no Brasil "surgiu primeiro como 'moda' e só muito tempo depois como prática e produção" (Schwarcz, 1993, p. 41); compreendemos que

a história das práticas educativas tem muito a acrescentar neste sentido. Entidades associativas particulares, embora atuassem em espaços restritos e privados, desenvolveram iniciativas cujos efeitos deixaram *sinais* (Ginzburg, 2014) significativos na esfera pública que merecem ser investigados. A possibilidade de um clube literário adquirir um objeto como uma esfera armilar — um instrumento bastante caro e raro à época — indica uma postura ativa diante da prática científica e da concretização do principal objetivo do clube: a instrução.

O evento que abre este texto nos instiga a analisar o papel da infância na construção nacional, nos processos de escolarização e inúmeras formas de sociabilidades capazes de engendrar práticas educativas. No imaginário oitocentista, a formação de um adulto civilizado, apto a contribuir com o progresso nacional, dependia diretamente da preparação de uma criança igualmente orientada pelos princípios de civilidade. Tal concepção demandava tanto a edificação de instituições e práticas de instrução sob responsabilidade do Estado quanto atribuições aos núcleos familiares e à sociedade civil.

4

Como explica Veiga, “a constituição da infância civilizada se fez em meio às alterações das funções sociais dos adultos, à racionalização das atitudes e à produção de expectativas sobre o lugar do futuro adulto” (Veiga, 2017a, p. 26-27), dessa maneira, no século XIX, desperta a consciência de infância “como mais uma etapa da vida e como possibilidade nova de controle do futuro” (Veiga, 2017a, p. 27). Isto posto, a solenidade pública do *Club Litterario Campo Larguense* é particularmente representativa desse horizonte cultural. Tratava-se de uma educação popular ilustrada na criança que, ao conduzir a esfera armilar, levava consigo o emblema da instrução — a ciência — e avançava em direção ao provir. Havia um entrelaçamento entre instrução, infância, ciência e futuro naquele evento, constituindo assim elementos fundamentais dos constructos civilizatórios da época.

Os pormenores do acontecimento narrado até aqui são de difícil averiguação, dado que esta cerimônia não foi detalhadamente registrada nos jornais do período e que as documentações internas das entidades associativas permanecem restritas e dispersas. De todo modo, era comum que as festividades das associações literárias fossem anunciadas em periódicos,

o que demonstrava a preocupação dos clubes em divulgar suas iniciativas à sociedade. Essas mobilizações cumpriam uma função importante ao buscar preencher algumas das lacunas deixadas pelo Estado imperial, como no caso da difusão da instrução e a assistência à infância empobrecida.

Nessa conjuntura, o Estado imperial, enquanto promotor ideal do ensino público, assumia a incumbência de fomentar diversas iniciativas que impulsionassem tanto a instrução quanto a educação², ainda que fossem de caráter privado, como ocorria com as entidades associativas. Nessa direção, Gondra e Schueler (2008) atribuem ao poder público uma conduta mais ativa nesse processo, expressa na concessão de espaços, objetos materiais e incentivos financeiros. Por outro lado, Viscardi (2008) aponta para a escassez de recursos governamentais, o que tornava o apoio às entidades mais simbólico e levava à criação de normas de regulamentação rígidas que limitavam suas iniciativas. Independentemente das interpretações, a mobilização de comunidades e a constituição de redes de sociabilidades — inclusive por meio do associativismo — eram fundamentais para a implementação de práticas de instrução, as quais contavam com a participação de agentes públicos, como professores primários e de outros sujeitos ligados ao ensino. Além disso, como pudemos verificar em outro evento social do passado, também era possível observar a participação de crianças nesses espaços.

Motivados pela busca de cerimônias semelhantes à ocorrida em Campo Largo e pelo anseio de identificar uma série de fenômenos analisáveis que articulassem instrução, discurso científico, associativismo e infância, chegamos à capital da província. No dia 30 de dezembro de 1877, o jornal *O Paranaense* publicou uma comunicação do *Club Litterario Curitybano* anunciando sobre um festim literário que ocorreria em 1º de janeiro, com "a conferencia do menino Pretextato Pennafont T. Ribas; a qual versará sobre astronomia" (*O Paranaense*, 1877b, p. 4). A procura por este nome nos conduziu ao jornal de maior circulação na província, o *Dezenove de Dezembro*, que apresentou um relato mais detalhado sobre a festividade da qual o menino participou. A notícia intitulada "Pretextato Taborda" informava que este era

[...] o nome do 1nteligente menino Curitybano que já por vezes tem exhibido nesta capital seos dotes intellectuaes. No dia 6 realizou-se na sala da associação do club litterario Curitybano,

a conferencia anunciada, onde o genio litterario de Pretextato Taborda, creança de 9 annos apenas, se mostrou ainda uma vez altivo e admirador (Dezenove de Dezembro, 1878, p. 2).

A maneira como o *Dezenove de Dezembro* descreve o evento nos leva a crer que aquela não era a primeira vez que Pretextato falava em público, o que indica a possibilidade de que o infante já tenha discursado outras vezes e obtido certa repercussão na sociedade paranaense. Retomaremos esse ponto adiante. De qualquer modo, naquele evento no *Club Litterario Curitybano*, a criança

[...] versou a conferecia sobre astronomia, e digamol-o com franqueza, ninguem certamente excederia em brilhantismo a Pretextato: é um orador que se prepara para o futuro, é um genio que conquista logar elevado no banquete da instrucção. A entonação de voz, o acionado elegante, a gesticulação e tudo mais, dão visos para quem não o conhecer que esse intelligente menino, recebera educação em escholas mais adiantadas, com recursos mais capazes. Porém o genio, a tendencia para os grandes destinos, à força de vontade conquistam esses meios que ainda faltam entre nós (Dezenove de Dezembro, 1878, p. 3).

6

Esse relato, mais uma vez, traz à tona a relação entre infância e futuro, vinculada intimamente ao engendramento da instrução como instrumento para o desenvolvimento dessas possibilidades em uma nação civilizada. Destacava-se a potencial genialidade de Pretextato, distinguindo o menino de nove anos no campo da instrução e projetando sua imagem como a de alguém preparado para o porvir. O patamar avançado que este teria alcançado seria exemplar, como se o menino tivesse obtido formação em uma escola das “mais adiantadas”, o que, como o próprio excerto indica, não correspondia à realidade do Paraná. Essa perspectiva era compartilhada pelo vice-presidente da província em exercício no ano de 1877, Manoel Antônio Guimarães. Ele saudava as iniciativas de seu antecessor na função, Adolfo Lamenha Lins, mas apontava para algumas deficiências da instrução:

Se a instrucção publica constitue nos dias que correm, para as nações como para os individuos a aspiração vivaz e permanente, intimamente associada ao progresso dos povos, como condição indispensavel de todo o desenvolvimento moral e material: é para

lamentar que não tivesse recebido, nesta província de todas as administrações o impulso efficaz que a convertesse em brillante realidade (Relatório, 1877, p. 3).

A alegada precariedade da instrução provincial deve ser relativizada, pois também possuía uma carga discursiva voltada a incentivar o investimento naquela área. De toda forma, com suas deficiências reais e retóricas, o relato aponta que o ensino público, até então, não era capaz de proporcionar condições para que o menino Pretextato alcançasse aquele patamar elevado. Entretanto, cabe salientar que todas estas qualidades atribuídas a Pretextato foram conferidas por terceiros, não sendo até o momento mensuráveis pelas fontes disponíveis e carregando forte marca subjetiva de quem as narrou. Diante da dificuldade de acessar a compreensão da infância pela própria criança, usualmente seus traços característicos são entendidos a partir da perspectiva dos adultos. Mesmo assim, não se pode presumir uma ausência completa de autoria e autonomia das crianças. Como argumenta Gouveia:

7

[...] a documentação produzida pelo adulto espelha as expectativas sociais dirigidas ao sujeito infantil, mais do que expressa suas formas de inserção num determinado momento histórico. Os discursos e práticas de socialização, ao dirigirem-se à criança, constroem um imaginário sobre a infância, produzindo modelos de gestos, hábitos, comportamentos que são material de socialização nos processos de formação de tais atores. A criança é também produto de tais práticas e discursos (Gouveia, 2008, p. 106).

Considerando a perspectiva de *tradições inventadas* de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, Veiga coloca que: “as relações entre infância e modernidade se estabeleceram no esforço de produção de uma tradição, o ser criança civilizada” (Veiga, 2004, p. 37), o que implicou na formulação de um tratamento distinto para a criança, produzindo novos espaços, formas de sociabilidade e padrões comportamentais voltados à criação dos elementos “fundamentais para que o ser criança civilizada fosse universalizado como infância na modernidade, revelando-se como uma tradição” (Veiga, 2004, p. 37). Para a autora, no contexto do século XIX, o reconhecimento de que as crianças possuíam especificidades e individualidades foi uma condição

essencial para “o processo de homogeneização e universalização da infância como condição de evolução do curso da vida” (Veiga, 2004, p. 74), o que influenciou o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerassem estas particularidades com o intuito de produzir uma padronização da socialização das crianças. Sendo assim, “a combinação entre a escolarização para todos e a socialização universalizada da infância produziu uma criança e uma infância imaginada” (Veiga, 2004, p. 78).

Por conseguinte, o autor do relato publicado no *Dezenove de Dezembro* conferiu características a Pretextato, de modo a compor a representação de uma criança imaginada — um tipo universal esperado de uma infância escolarizada e, portanto, civilizada — ainda que a província, a princípio, não dispusesse de todos os meios para isso. O caso de Pretextato demonstra que a materialização desses ideais esteve presente no associativismo paranaense não apenas como discurso, mas também como ação articulada por meio das próprias crianças.

Retomando o nosso jovem conferencista, a apresentação de Pretextato no *Club Litterario Curitybano* teria sido prestigiada por diversas “senhoras e cavalheiros”, contando com as felicitações do presidente do clube — que apontava o menino como um “talento prometedor da futura geração brasileira” — e do “Sr. Dr. director da instrucção publica”. Após a descrição dos cumprimentos dirigidos à criança, a notícia conclui saudando “essa creança de intelligencia superior bem como ao professor Sr. Nivaldo Braga de quem é discípulo Pretextato Taborda” (Dezenove de Dezembro, 1878, p. 3).

Considerando essa narrativa, são dois os elementos que devemos de problematizar. O primeiro é a participação do diretor de instrução pública, que apesar de não ser nomeado na notícia, demonstra o envolvimento dos responsáveis pela instrução na província com o associativismo paranaense, compreendendo esses espaços como engrenagens em um amplo mecanismo da instrução. Tendo em vista que a instrução era de interesse central na maioria das associações, Barbosa (2016) identificou a presença constante de inspetores em clubes, sendo que muitos deles chegaram, inclusive, a ocupar posições de liderança nessas entidades, o que evidencia que tais lugares eram uma possibilidade entre as diversas partes de uma rede integrada em favor da instrução pública na província do Paraná.

O segundo ponto se refere ao fato de que a confiança depositada na futura geração brasileira por meio do talento de Pretextato não se restringia apenas aos méritos do menino. O texto destaca a importância da atuação do seu professor, Nivaldo Teixeira Braga, então responsável pela primeira cadeira masculina da aula pública de Curitiba e também membro do *Club Litterario Curitybano*. O acompanhamento do professor primário era imprescindível para o desenvolvimento daquela criança, mesmo que os recursos materiais destinados ao seu aprendizado não oferecessem as condições ideais. Estes indícios nos remetem à reflexão ao que declarou Adolfo Lamenha Lins em seu relatório de 1876:

A falta de instrucção profissional, por meio das escolas normaes, onde se habilitem os candidatos ao magistério. O desconhecimento, quase geral, das desvantages inherentes á instrucção, e consequentemente a apathia dos paes, e a ausencia dos alumnos. O pouco estímulo dos professores, que não correspondem ao sacerdócio, de que se acham investidos; e a insufficiencia dos meios de subsistencia, apreensão constante de todos os funcionários publicos. A inutilidade, bastante provada, dos concursos a que se submetem os aspirantes ao magisterio. A fiscalização incompleta, ou descurada nos logares onde não se pôde fazer sentir a inspecção central (Relatório, 1876, p. 42).

9

O presidente apresentava um quadro desanimador quanto a instrução pública paranaense, marcada por formação profissional precária, desinteresse familiar, ausência de alunos, falhas na fiscalização, desconhecimento dos benefícios do ensino e assim por diante. Contudo, ao observarmos as redes de sociabilidades constituídas no âmbito do associativismo, inferimos que, apesar das deficiências desse sistema e da insistência retórica sobre a falta de recursos e engajamento, havia sujeitos comprometidos com a instrução primária que recorriam às associações como meio de complementar e oportunizar o ensino. Existia, portanto, um potencial de mobilizações sociais em defesa da instrução: as sociabilidades nas entidades associativas, crianças que usufruíam desses espaços e a atuação de professores empenhados em viabilizar práticas educativas.

A importância que foi dada à formação proporcionada por Nivaldo Braga ao aluno nos motivou a investigar os rastros deixados por esse

educador na imprensa paranaense, o que permitiu descobrir que a conferência do menino no *Club Litterario Curitybano* integrava um projeto maior idealizado por aquele professor-associado. Meses antes da fala de Pretextato Taborda, a imprensa noticiava o desejo de Nivaldo Braga de criar uma biblioteca³ e organizar uma caixa escolar para a 1^a cadeira do sexo masculino de Curitiba:

BIBLIOTHECA E CAIXA ESCOLAR – O distinto professor desta capital o Sr. Nivaldo Braga, fundou na escola a seu cargo, a imitação do que hão feito os povos mais cultos do velho e do novo mundo, uma bibliotheca e caixa escolar. [...] Essa bibliotheca destina-se especialmente ao aperfeiçoamento moral e intellectual dos meninos que frequentam a mesma escola, e a caixa escolar para occorrer as despesas com a compra de livros, papel e tinta aos alumnos pobres. A bibliotheca é igualmente franqueado áquellas pessoas que quizerem consultar alguma obra mediante uma modica retribuição que constituirá o fundo da caixa escolar. [...] (Dezenove de Dezembro, 1877a, p. 4)

Na continuidade da matéria, Nivaldo Braga era felicitado pelos seus esforços e sua determinação em promover aquela iniciativa que representava “tão sublime pensamento” diante da “descrença de muitos”, conclamando a população a contribuir com tal projeto. Chamou-nos a atenção, neste trecho, a preocupação do professor e dos apoiadores da caixa escolar em garantir o provimento material para os alunos da aula masculina, especialmente aqueles que se encontravam em uma condição de pobreza. Notamos que havia, tal como já indicamos neste texto, uma relação entre “aperfeiçoamento moral e intelectual”; ou seja, a formação escolar não se restringia à assimilação de conteúdos científicos, mas também se mostrava indissociável da homogeneização dos comportamentos sociais, sustentando a configuração de um arcabouço de civilidade.

Em linhas gerais, é importante considerar que as concepções das elites brasileiras sobre a população nas últimas décadas do século XIX costumavam associá-la ao suposto atraso e as tendências ao vício e à violência, constituindo o imaginário de um “povo perigoso”. Segundo Schueler (1997, p. 167), foi construída uma correlação entre “classes pobres, “classes ignorantes” e “classes perigosas”, evidenciando a causalidade entre as partes. As

elites tendiam a imputar a esses sujeitos a culpabilidade pelos problemas do país, mesmo que estes não tivessem usufruído, de maneira substancial, de ferramentas e instituições que os instruíssem ou que permitissem o exercício continuado de sua cidadania (Carvalho, 2014).

No Paraná oitocentista, essa concepção estava presente, como demonstrado no relatório do presidente da província Adolfo Lamenha Lins, um ano antes do evento que analisamos:

A regeneração dos costumes que converte em criminosos homens que poderiam ser uteis à família e à sociedade, depende da educação do povo, que deve conhecer os seus direitos, para elevarse a seus próprios olhos, e comprehender os altos destinos da humanidade. E é na juventude, quando o terreno está preparado para receber a semente preciosa dos conhecimentos uteis, que se deve proporcionar esse pão do espirito, que o tem de alimentar e desenvolver. A instrucção da mocidade pois exige o mais desvelo (Relatório, 1876, p. 42).

De tal forma, disciplinar, moralizar, instruir, educar e, enfim, civilizar o povo brasileiro se tornava uma necessidade urgente que rejeitava matrizes puramente assistencialistas, promovendo, em seu lugar, a transformação dos costumes. A pobreza era compreendida como uma mácula capaz de degenerar todo o corpo social, motivo pelo qual precisaria ser combatida por meio da promoção da educação e instrução da juventude, criando condições para a reformulação dos comportamentos populares e seu encaminhamento ao progresso.

A escolarização e a obrigatoriedade do ensino primário eram propostas como um instrumento “de erradicação das condições de miséria e criminalidade [...] que, consequentemente, conduziam a criança à ignorância e ao analfabetismo” (Schueler, 1997, p. 167). Assim, a criança era considerada como um ser maleável, possível de ser modelada em um adulto civilizado ou corromper tal indivíduo, o que tornava o cuidado com a infância uma questão que extrapolava a vida privada, mobilizando o Estado e a sociedade em sua instrução e educação (Rizzini, 2008).

Para a materialização desses projetos, era necessário que o Estado garantisse a frequência dos alunos pobres nas escolas, o que significava que,

além de legislar sobre a obrigatoriedade da instrução, deveria desenvolver políticas de assistência que assegurassem condições para o aprendizado das crianças. De todo modo, o poder público não agia isoladamente, mas invocava diversos segmentos da sociedade civil para cooperar no amparo à infância desvalida, “como por exemplo, solicitação de doações de materiais e edifícios escolares através de subscrições, criação de caixas escolares e fundos municipais” (Veiga, 2017b, p. 1247).

No que diz respeito à prática escolhida por Nivaldo Braga para oferecer apoio às crianças necessitadas e propiciar seu aperfeiçoamento moral e cognitivo, Luz e Anjos (2022) demonstram que os estudos recentes sobre as caixas escolares têm se concentrado majoritariamente no século XX, com predominância de análises que se debruçam sobre a Primeira República e, em menor proporção, sobre a Era Vargas e ao período democrático anterior ao golpe de 1964. Esses trabalhos se encontram principalmente circunscritos à região de Minas Gerais, com algumas pesquisas referentes a Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso e São Paulo⁴. Em adição ao levantamento dos autores, é pertinente considerar que, no caso do Paraná, a caixa escolar foi recentemente estudada por Rodrigues (2019) em uma monografia. Apesar disso, são escassas as investigações sobre a origem e a difusão dessa prática ao longo do Império do Brasil, embora a historiografia reconheça esse período como marco inicial de sua implementação no país.

Os autores indicam que as caixas escolares funcionavam como um meio de assegurar a assiduidade e a continuidade dos estudantes na escola ao prover recursos materiais, prioritariamente aos alunos vulneráveis, mobilizando para isso “mensalidade dos sócios, doações e o que for arrecadado em eventos festivos” (Luz; Anjos, 2022, p. 182). Além de garantir a permanência desses alunos nas escolas, era comum que o Estado estabelecesse diretrizes para a criação das caixas escolares com o intuito de incentivar a presença da população no financiamento da escolarização e, ao mesmo tempo, diminuir sua responsabilidade sobre o processo, colocando-se, por vezes, como colaborador dessas iniciativas. Bernardo indica que é possível “entender a caixa escolar como uma estratégia para tornar a comunidade escolar corresponsável pela manutenção da instrução pública primária,

fazendo com que esta participasse ativamente dos processos escolares" (Bernardo, 2020, p. 180).

A responsabilidade da sociedade civil era compartilhada pelos próprios funcionários das escolas no período republicano, de modo que "para além de suas obrigações profissionais, professores e diretores punham-se a prover recursos necessários tanto para a escola, quanto para as crianças atendidas por ela" (Luz; Anjos, 2022, p. 184), consolidando redes de assistência dentro e fora dos estabelecimentos de ensino. O que depreendemos até aqui é que tal movimento não era uma exclusividade republicana, devido ao fato de que os agentes de instrução já se encontravam profundamente envolvidos com a manutenção de seus locais de trabalho e formação, com ou sem apoio das instituições estatais, como demonstrado no caso de Nivaldo Braga. Contudo, podemos atribuir à República uma gestão mais efetiva que a do Império no tocante à regulamentação das caixas escolares.

Nos primórdios da emancipação política do Paraná, a legislação determinava que famílias que não mantivessem seus filhos nas escolas, exceto em caso de pobreza comprovada, seriam penalizadas. Na Lei nº 17 de 14 de setembro de 1854, em seu artigo 14 estabelecia que o "produto destas multas será exclusivamente aplicado ao auxílio de meninos pobres para receberem o benefício da instrução primária" (Miguel; Martin, 2004, p. 35). No entanto, não se tinha, até então, a concepção de um fundo ou caixa escolar. A primeira referência aos fundos escolares nos dispositivos legais se encontra no Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná de 1876, cujo artigo 170 dispunha que o "produto das taxas, emolumentos e multas será recolhido ao tesouro Provincial, e formará um fundo de reserva para ser aplicado às despesas da instrução pública" (Miguel; Martin, 2004, p. 278). O texto, porém, não detalhava quais seriam essas despesas. Uma pista aparece no artigo 171, que estipulava que as "câmaras municipais deverão fornecer vestuário, livros e o mais necessário aos alunos pobres, assim como promover e fiscalizar a execução da lei da obrigatoriedade do ensino", entretanto, sem definir se ficaria sob sua responsabilidade a administração dos valores destinados à formação primária.

Os fundos de instrução pública só voltaram a aparecer na Lei nº 769 de 1º de dezembro de 1883, que atribuía ao presidente da província o

dever de aplicar multas àqueles que prejudicassem a frequência escolar, captando um “fundo destinado à aquisição de vestuário, livros e demais objetos indispensáveis às crianças indigentes para frequentarem as escolas” (Miguel; Martin, 2004, p. 374). No Regulamento do Ensino Obrigatório de 1883, a base legal paranaense trouxe maior clareza quanto a obtenção de recursos destinados a essas escolas, elaborando um capítulo exclusivo para sua definição. A gestão cabia primeiramente às câmaras municipais, podendo agregar à participação da sociedade civil por meio de associações, arrecadações, donativos ou ainda pelo recolhimento de multas e débitos relativos à violação da obrigatoriedade de frequência às aulas (Miguel, Martin, 2004).

Nesse regulamento, os fundos escolares eram descritos apenas como destinados ao vestuário de crianças empobrecidas, cuja situação deveria ser constata pelos inspetores distritais, o que demonstra uma restrição de finalidade em comparação com a legislação anterior. A inserção da caixa escolar na normativa paranaense ocorreu no período republicano, em 1892, como demonstra Rodrigues (2019) ao salientar que a partir da Lei nº 42 de 12 de julho de 1892, surgiu a preocupação em garantir que as caixas escolares funcionassem com fontes de rendas fixas, sem depender unicamente de multas e doações, incorporando uma receita definida pelas câmaras municipais e “um auxílio do estado proporcional à frequência escolar verificada no distrito” (Rodrigues, 2019, p. 39), reduzindo, assim, a competência estadual no provimento material, na assistência aos alunos carentes e na subvenção de aulas particulares e noturnas.

O que podemos concluir a partir da análise dessa normativa, é que a ideia de mobilizar — e também penalizar — a sociedade civil para que patrocine a instrução pública existiu por um longo período do século XIX, mas a caixa escolar ganhou forma como uma dessas alternativas nas décadas finais do Império e se consolidou durante a República. Todavia, consideramos válido inferir que a implementação dessa prática — ou seja, a sua divulgação, angariação de recursos e movimentação de redes de sociabilidades — foi promovida à parte do Estado como iniciativa autônoma.

Cabe observar que, embora os fundos e caixas escolares cumprissem uma função assistencial voltada à infância desvalida, buscando garantir sua presença na escola, essa realidade não se aplicava a Pretextato Taborda.

O menino representava, antes, um modelo simbólico, apontando o que poderia ser alcançado em termos de formação intelectual, caso os professores dispusessem de condições adequados para tal. Tratava-se de uma demonstração pública de que, se naquele caso o êxito foi possível — mesmo sustentado pela presumida genialidade do aluno —, o provimento material poderia contribuir para que a escola alcançasse outros sucessos similares, moldando as crianças em futuras cidadãs.

Em hipótese alguma, *Pretextato* integrava o segmento social empobrecido do alunato. Filho de Joaquim Taborda Ribas e Paulina Francisca de Assis Pinto, o menino pertencia a uma família de latifundiários, pecuaristas e comerciantes, que também ocuparam cargos públicos e políticos no Paraná. Na época dos eventos aqui descritos, seu pai atuava como juiz de paz em Curitiba, enquanto seus tios Lourenço Taborda Ribas de Andrade e Mathias Taborda Ribas eram deputados provinciais pelo Partido Conservador, além de terem exercido outros cargos representativos ao longo de suas trajetórias (Alves, 2014).

O próprio *Pretextato* teve uma vida privilegiada quando adulto: casou-se com Julia dos Santos Andrade, filha do influente político paranaense José Pereira dos Santos Andrade. Ele foi comerciante, industriário, vereador, deputado estadual e presidente do Banco do Estado do Paraná. Tal notoriedade e prestígio reforça o conceito de Veiga, de que “a criança imaginada é inteligente com potencial para ser bem-sucedida na vida, é branca e bonita e sua condição de gênero é perpassada pelo referencial masculino em curso, seja menina, seja menino” (Veiga, 2004, p. 78).

Sendo assim, tudo leva a crer que *Pretextato*, como descendente da elite paranaense, dotado de meios necessários para sua formação, não necessitava da assistência de uma caixa escolar. Seu papel em todo esse processo corresponde ao que já aludimos em sua conferência no *Club Litterario Curitybano*: servir como um aluno-modelo — versado em ciência e preparado para exercer a cidadania em uma nação instruída — compondo a representação de uma infância imaginada e concebida como paradigma de instrução e civilidade. Foi um exemplo de padrão que se fundava, não somente em ideais de progresso, mas que reproduzia as desigualdades daquela sociedade “criando e recriando hierarquias, diferenciando as crianças pobres daquelas

pertencentes à ‘boa sociedade’’ (Schueler, 1997, p. 158). Em todo caso, seguir os rastros do menino cosmógrafo, do professor primário e da caixa escolar nos abre novas possibilidades interpretativas.

A biblioteca e a caixa escolar de Nivaldo Braga receberam maior detalhamento na imprensa paranaense nos meses seguintes à sua inauguração. Nesses relatos, pudemos identificar dois elementos significativos: primeiro, Pretestato Taborda sempre teve atuação proeminente em razão de seus conhecimentos cosmográficos; segundo, a inauguração da caixa escolar aconteceu simultaneamente aos exames dos alunos da escola primária de Nivaldo Braga:

Na escola a cargo do intelligente professor Nivaldo Braga, realizaram-se os exames finaes dos alumnos que se achavam preparados em diversas matérias. Apresentaram-se 10 alumnos os quaes foram plenamente aprovados e premiados depois com distincção pela louvável dedicação aos estudos que haviam feito. Entre esses devemos disntinguir o nome do intelligente e hábil alumno Pretestato Pennaforte Taborda Ribas, que contando apenas 9 annos de idade dissertou longamente sobre a these – *Cosmographia* – de um modo admirável e brilhante. [...] Por essa occasião foi installada bibliotheca e caixa escolar, fundada sob os auspícios do patriotico e infatigável paranaense Sr. Dr. Ermelino de Leão, pelo respectivio professor Nivaldo Braga. Já conta a bibliotheca com cerca de 300 volumes (Dezenove de Dezembro, 1877b, p. 2-3).

[...]

[...] o intelligente quão morigerado alumno Pretestato Pennafort T. Ribas, por cuja estréa foi calorosamente applaudino pelas pessoas e alumnos presentes, que o vitoriarão como uma flor das mais mimosas da mocidade curitybana [...] (O Paranaense, 1877a, p. 4)

A “tese” sobre cosmografia discursada por Pretestato, tanto na inauguração da caixa escolar quanto na posterior apresentação no *Club Litterario Curitybano*, era sempre lembrada pela sua complexidade e pelo domínio que o menino demonstrava sobre o tema. É evidente que a roupagem científica fazia parte da retórica adotada nessas comunicações jornalísticas, demonstrando o interesse daquela criança pelo estudo dos astros. Um sinal

de inteligência e morigeração, capaz de comover o público e convidá-lo a rejubilar o jovem orador. Contudo, ao associarmos essa conferência aos exames primários do infante, podemos deduzir que não se tratava apenas de um discurso sobre astronomia, mas também do resultado de sua aprendizagem primária. Denotava, portanto, a exaltação de Pretextato, mas igualmente a consagração de Nivaldo Braga perante a sociedade, que se edificava como um professor apto a introduzir seu aluno nos debates do “mundo civilizado”.

Perseguindo esses *indícios*, encontramos outros registros sobre os exames dos alunos da escola primária masculina sob responsabilidade de Nivaldo Braga, realizados concomitantemente à criação da caixa escolar:

EXAMES – Eis os nomes dos alumnos que fizeram exame final na aula da 1^a cadeira do sexo masculino desta capital. 1º Pretextato Pennaforte T. Ribas [9 anos]. 2º Eleuterio Moreira de Freitas [11 anos]. 3º Liberato Antonio dos Santos [?]. 4º Godofredo Ferreira Bello [12 anos]. 5º Cezar A. de Souza Franco [13 anos] 6º Antonio de Freitas Saldanha [?] 7º Benedicto José Coimbra. [?] 8º Angelo de Souza Franco [?]. 9º Benedicto Eleuterio Cabral [15 anos]. 10º Rodolpho Garcia Real [?]. Todos foram aprovados plenamente, obtendo o 1º distinção em cosmografia; o 2º em grammatica, o 3º em arithmetic, o 4º em historia, o 5º em geografia, o 7º em historia patria, o 8º em systhema métrico e 10º em religião. O professor examinador, propoz, e foi aceito um voto de louvor ao menino Pretextato pelo progresso que fez em seus estudos, visto contar apenas dous annos de aula (Dezenove de Dezembro, 1877c, p. 3)¹⁵.

Verificamos que a relação entre Nivaldo Braga e Pretextato Taborda estava muito bem estabelecida aos olhos da sociedade. O menino — provavelmente o mais jovem da turma e, ao que tudo indica, aquele com menor tempo de escolarização — ganhou notoriedade no debate público como um prodígio talentoso para o estudo e a oratória.

Reunindo os fragmentos coletados até aqui e somando-os ao fato de que Nivaldo Braga e a banca examinadora premiaram e enalteceram o desempenho de Pretextato, vemos a construção de uma tática (Certeau, 2012) do professor para angariar apoio e recursos para sua escola. O menino estava profundamente atrelado à campanha do professor primário voltada à criação e a obtenção de recursos para a caixa escolar. Ele servia como

o “garoto-propaganda” da empreitada: um aluno modelar, exemplo do que poderia ser possível alcançado por meio de provisões materiais adequadas — um legítimo porta-voz preparado para conquistar aqueles que se interessavam pelo avanço da instrução pública na província do Paraná. Para isso, Nivaldo Braga, além de mobilizar seu aluno-modelo, estava comprometido com uma sociabilidade específica: o associativismo.

Em um dos trechos anteriores, o jornal *Dezenove de Dezembro* informava que a biblioteca escolar, sob responsabilidade de Nivaldo Braga, já contava com 300 volumes, mas foi *O Paranaense* que apresentou relatos minuciosos, nomeando alguns dos doadores envolvidos na iniciativa:

Essa nossa bibliotheca, cujo regulamento brevemente será publicado, já conta em suas estantes, a fora mappas, revistas e jornaes, cerca de 300 volumes doados pelos Snrs. Conselheiro Manoel Francisco Corrêa, Dr. Ermelino de Leão, Serafim José Alves, major Manoel Negrão, Jeronymo Gomes de Medeiros, Virgolino Barbosa e pelo respectivo fundador. Consta-nos que o Snr. professor Nivaldo solicitara do Exm. Snr. Barão de Guarapuava um auxilio pecuniário para a compra de um prélo manual, e bem assim que nutre dezejos de fundas uma eschola agrícola, para cuja realização solicitamos tambem o auxilio e apoio dos Snrs. Pais de familias, da nossa edilidade, bem como do governo da Provincia (*O Paranaense*, 1877a, p. 4).

18

Ao investigarmos os benfeiteiros da criação da biblioteca e, por consequência, da caixa escolar, evidenciamos a influência das redes associativas no provimento da aula de Nivaldo Braga. Agostinho Ermelino de Leão, figura de destaque nesses relatos, era um importante político e magistrado. Além de ter fundado o Museu Paranaense no ano anterior, foi presidente do *Club Litterario Curitybano* por dois anos e, em 1876, homenageado como presidente honorário. Manoel Negrão, por sua vez, integrava o mesmo clube, exercendo em 1877 a função de primeiro secretário — cargo que também ocupava na loja maçônica *27 de Dezembro*. Virgolino Barbosa era, na realidade, Joaquim Virgolino Gomes Barbosa, sócio e orador do *Club Litterario São Joseano*, fundado em 1876, ao qual também Libero Teixeira Braga — irmão de Nivaldo Braga — era associado e primeiro secretário. Serafim José Alves atuava como vendedor e editor de livros escolares na Corte do Rio de Janeiro; cooperou tanto com a biblioteca de Nivaldo Braga, como doou 123

volumes ao *Club Litterario Curitybano* naquele mesmo ano. Manoel Francisco Correia constava entre os mais assíduos contribuintes das sociedades literárias paranaenses, reconhecido como doador de livros ao *Club Democratico Antoninense*, ao *Club de Leitura Porto Cimense* e ao *Club Litterario Curitybano*, entre outros. Antônio de Sá Camargo, o Barão de Guarapuava, era também um renomado incentivador do associativismo paranaense, ofereceu doações de livros e recursos em dinheiro a diversas entidades. Mesmo não participando dessa iniciativa específica, seu apoio à instrução já era notório e, por isso, visado por Nivaldo Braga.

Ao estudar a organização, implementação e representação da caixa escolar em Minas Gerais no começo do século XX, Bernardo afirma que participar da constituição desse fundo, naquela época, conferia elementos de distinção e prestígio social aos seus contribuintes:

Aos sócios da caixa foi remetido um discurso no qual os mesmos seriam considerados não apenas amantes da instrução, filantropos e benemerentes, mas também patriotas, uma vez que cuidar da educação do povo seria equivalente a propugnar o futuro da nação. Além desses discursos, pude constatar que os estatutos elaborados pelas caixas procuraram construir, através de seus artigos, a imagem dos sócios a um ideário de organização, idoneidade e honestidade que seria transmitida para a própria instituição e para o Estado mineiro (Bernardo, 2014, p. 137).

Essas construções discursivas, que articulavam a instrução à ideia de futuro nacional, estavam também enraizadas no Paraná provincial. As doações dos integrantes dessas associações para a fundação da biblioteca e da caixa escolar revelam o desejo de reconhecimento desses sujeitos como agentes do progresso. Nesse sentido, o associativismo, enquanto manifestação da sociedade civil, assumia um papel primordial: Nivaldo Braga mobilizou pessoas que participavam do mesmo círculo literário que ele, além de outros colaboradores de diferentes redes de sociabilidades.

O projeto de escolarização e assistência à infância estava intrinsecamente vinculado ao menino cosmógrafo e às conexões sociais tecidas pelo professor primário. Tanto é que a campanha de Nivaldo Braga repercutiu além das fronteiras paranaenses. O periódico *A Escola: Revista Brasileira*

de *Educação e Ensino*, publicado no Rio de Janeiro, atribui-lhe o mérito de ter originado a primeira caixa escolar do Brasil, seguido pela criação de outros oito fundos semelhantes pelo Império — seis no Rio de Janeiro, uma em Pernambuco e outra no Paraná, organizada por seu irmão, Libero Teixeira Braga (A Escola, 1878).

Dessa maneira, o associativismo aparece como um *lugar* (Certeau, 2012) para o desenvolvimento da criança civilizada, atuando de modo próximo, embora paralelo ao Estado — ainda que contasse com a colaboração de muitos de seus agentes. Essa compreensão implica, como já mencionado, que o dever de zelar pela instrução da *criança portadora do futuro*, vista como guardiã do porvir, ultrapassa o âmbito provincial, envolvendo distintos segmentos sociais no processo formativo. Além disso, as associações literárias e benficiantes situavam a infância no centro de suas ações e convivências, reafirmando os discursos de civilização e a valorização do ensino como caminho para um projeto comum.

20

Considerações finais

Os *sinais* deixados pela solenidade no clube de Campo Largo nos permitiram investigar a participação de crianças naqueles *lugares* (Certeau, 2012) associativos, levando-nos ao menino Pretextato Taborda, ao professor Nivaldo Braga e à sua caixa escolar no contexto do clube de Curitiba. Ao analisarmos a exemplaridade desse acontecimento à luz da micro-história (Ginzburg, 2014), compreendemos tais *vestígios* e *indícios* como expressões de práticas que compunham o tecido social da época. É plausível supor que iniciativas semelhantes também ocorreram em outras sociedades literárias, considerando o envolvimento e a circulação de sujeitos ligados aos clubes no patrocínio daquele professor primário.

O desfile do menino anônimo do *Club Litterario Campo Larguense* e a conferência de Pretextato no *Club Litterario Curityano* estabelecem um diálogo revelador. Se no primeiro evento, ele carregava consigo uma esfera armilar, — apresentada como símbolo da ciência — no segundo, versou justamente sobre o tema a que aquele objeto se vinculava: a cosmografia. Em ambos os casos, houve a exibição de uma criança representando a instrução

e seu potencial de condução ao futuro, conectando-os à ideia de ciência para além de um plano simbólico, apresentando uma prática de instrução. Essa preocupação intelectual se manifestava através do objeto, materializando-se em uma ação por meio da conferência de civilidade.

Em termos concretos, o que significava civilizar a criança? Como observamos, *Pretextato* era capaz de discursar sobre ciência ao público — inclusive aos adultos — assumindo um papel social representativo e colaborando, a partir dessa posição exemplar, em projetos de assistência à infância desvalida.

O *Club Litterario Campo Larguense*, embora não tenha sido aprofundado neste artigo, abre uma fresta interpretativa para espiar os artefatos que potencialmente foram utilizados como instrumentos de ensino, enquanto o *Club Litterario Curityano* apresentava a imagem de um menino que talvez tenha vivenciado tais métodos, dada a temática de sua conferência. Considerando o associativismo paranaense em seu conjunto, percebemos que a instrução da infância figurava um assunto em pauta naqueles espaços. Para além das representações dos discursos civilizatórios, esses eventos demonstram a mobilização da sociedade civil em prol da instrução, envolvendo as crianças — ainda que na condição de alunos-modelo e componentes de uma infância imaginada (Veiga, 2004) — nas sociabilidades intelectuais do período e na promoção da instrução pública como via de um progresso coletivo.

Diante dos processos examinados, podemos concluir que *Pretextato* — um aluno que, muito provavelmente, dispunha de condições materiais para desenvolver a sua referida “genialidade” — foi utilizado por seu professor como um exemplo do potencial formativo da instrução pública quando provida de recursos materiais adequados, angariados por intermédio de práticas como a caixa escolar. Nivaldo Braga, nesse sentido, agiu de forma *tática* (Certeau, 2012), valendo-se das redes de sociabilidades construídas no associativismo para contornar a precariedade do ensino público provincial.

A partir disso, evidenciamos que o educador e os sujeitos de seu entorno, produziram uma narrativa que relacionava infância, futuro, ciência e civilização — reinterpretando as funções sociais de adultos e crianças (Veiga,

2017a) —, mediada pelas práticas adotadas na escola pública primária em Curitiba, revelando que a busca pelo provimento material adequado poderia ser alcançada por meio de iniciativas como as caixas escolares e a participação da sociedade civil.

Notas

1. Neste artigo, optamos por manter a grafia original das fontes, por entendermos que se trata de um exercício fundamental de análise, cuja preservação deve ser compartilhada e debatida no âmbito científico.
2. No período em questão, a *instrução* era compreendida como uma formação que orientava o sujeito para os conhecimentos escolares para os fundamentos da vida cívica, enquanto a educação estava associada aos valores sociais transmitidos principalmente pela família. No decorrer do último quartel do século XIX, esses conceitos começam a se aproximar, tendendo a adquirir sentidos equivalentes.
3. A criação de uma biblioteca constitui um fenômeno particularmente relevante para compreender melhor a instrução do período, sobretudo quando se considera a importância da prática da leitura. Entretanto, deixaremos a análise dessa iniciativa para outra ocasião, optando por valorizar, neste momento, a caixa escolar.
4. Em seu balanço historiográfico, Alana Souza Luz e Juarez José Tuchinski dos Anjos utilizaram como metodologia a busca em bancos de teses, dissertações e artigos científicos. Portanto, é possível que mais trabalhos sobre caixas escolares tenham sido produzidos quando observamos outras produções acadêmicas, como as monografias de conclusão de curso, geralmente subestimadas.
5. As idades dos meninos não constavam na notícia. Considerando a pertinência dessa informação para compreender um pouco mais quem eram as crianças e os adolescentes que integravam a instrução primária naquele contexto, procuramos registros de batismo, casamento e óbito no banco de dados *Family Search*. Obtivemos algumas respostas, enquanto outras ainda permanecem desconhecidas.
6. A pesquisa sobre essa rede de sociabilidades foi realizada em periódicos da imprensa paranaense. Utilizamos também acervo documental do Museu Paranaense e do Departamento de Arquivo Público do Paraná. Cabe ainda ressaltar a excelente tese de Alessandro Cavassin Alves (2014), fundamental para compreender as parentelas políticas paranaenses durante o período provincial.

22

Referências

A ESCOLA. **Boletim**. Rio de Janeiro, 15 jun. 1878. (Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional).

ALVES, Alessandro Cavassini. **A província do Paraná (1853-1889) a classe política, a parentela no governo**. 2014. 796 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Por terra, por água, pela leitura**: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná (1854-1890). 2016. 480 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BERNARDO, Fabiana Oliveira. **Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira**: organização, implementação e representações da caixa escolar (1911-1913). 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BERNARDO, Fabiana Oliveira. **Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas (1892-1911)**. 2020. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 18. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

23

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Noticiario**. Curitiba, 20 out. 1877a. (Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional).

DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Noticiario**. Curitiba, 28 nov. 1877b. (Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional).

DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Noticiario**. Curitiba, 5 dez. 1877c. (Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional)

DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Noticiario**. Curitiba, 9 jan. 1878. (Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. São Paulo: Vozes, 2008.

IUZ, Alana Souza; ANJOS, Juarez José Tuchinski. A Caixa Escolar na historiografia educacional brasileira recente (2011-2021). **Revista Contemporânea de Educação** v. 17, p. 175-193, 2022.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (org.). **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: Inep, 2004.

O PARANAENSE. **Revista noticiosa**. Curitiba, 9 dez. 1877a. (Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional)

O PARANAENSE. **Revista noticiosa**. Curitiba, 30 dez. 1877b. (Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional)

24 OFÍCIO. **Livro de Ofícios**. Curitiba, v. 15, ap. 470, 1875. (Acervo Departamento de Arquivo Público do Paraná).

RELATÓRIO. **Relatório do Presidente de Província**. Curitiba, 15 fev. 1876. (Acervo Departamento de Arquivo Público do Paraná).

RELATÓRIO. **Relatório do Presidente de Província**. Curitiba, 17 ago. 1877. (Acervo Departamento de Arquivo Público do Paraná).

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, Bruno Rossi. **“Facilitar aos pobresinhos o material indispensável para que possam eles receber os benefícios inapreciáveis da instrução”**: a constituição das caixas escolares no Paraná (1892-1928). 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Educar e instruir: olhares pedagógicos sobre a criança pobre no século XIX. In: RIZZINI, Irene. (org.). **Olhares sobre a criança no Brasil**: perspectivas históricas. Sécs. XIX e XX. Rio de Janeiro: Anais/ CESPI-USU, 1997.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Subsídios para a História da Província do Paraná, município de Campo Largo, pelo Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, p. 301-406, 1900. (Tomo LXIII).

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeito. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. As crianças na história da educação. In: SOUZA, Gizele de Souza (org.). **Educar na Infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2017a.

VEIGA, Cynthia Greive. Crianças pobres como grupo *outsider* e a participação da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1239-1256, out./dez. 2017b.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan./jun. 2008.

Ms. André Gustavo Lescovitz Cunha

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Colégio ESIC Internacional (Curitiba – Brasil)

Grupo de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar

Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-3461-6500>

E-mail: andre.cunha@ufpr.br

Prof.ª Dr.ª Gizele de Souza

Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Programa de Pós-Graduação em Educação

Grupo de Pesquisa Internacional Teaching Objects History (TOH)

Grupo de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar

Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-6487-4300>

E-mail: gizelesouza@uol.com.br

26

Recebido em 19 jul. 2025

Aceito em 2 out. 2025



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International License.